

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

CARE FOR THE LGBTQIA+ POPULATION IN PRIMARY HEALTH CARE: A NARRATIVE LITERATURE REVIEW

ATENCIÓN A LA POBLACIÓN LGBTQIA+ EN LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD – UNA REVISIÓN NARRATIVA DE LA LITERATURA

Paulo Rogério Nunes Barbosa ¹

Como Citar:

Barbosa PR. Atendimento à população LGBTQIA+ na Atenção Primária à Saúde – uma revisão narrativa de literatura. *Sanare*. 2025;24(1).

Descritores:

Atenção Primária à Saúde; Minorias sexuais e de gênero; Populações vulneráveis; Assistência Integral à Saúde.

Descriptors:

Primary Health Care; Sexual and Gender Minorities; Vulnerable Populations; Comprehensive Health Care.

Descriptoros:

Atención Primaria de Salud; Minorías sexuales y de género; Poblaciones vulnerables; Atención Integral en Salud.

Submetido:

11/05/2024

Aprovado:

22/02/2025

Autor(a) para Correspondência:

Paulo Rogério Nunes Barbosa
Endereço profissional: rua são clemente, nº 312 Botafogo
E-mail: paulo96nunes@hotmail.com

RESUMO

Objetivou-se analisar a literatura científica existente sobre o atendimento da população LGBTQIA+ na Atenção Primária à Saúde (APS). Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo revisão narrativa de literatura. As bases de dados utilizadas foram BVS, PubMed e Scielo, com o uso dos descritores: “Minorias Sexuais e de Gênero” e “Atenção Primária à Saúde”. Foram incluídos estudos transversais, revisões narrativas e integrativas, estudos ecológicos, relatos de experiência e estudos de caso, publicados entre 2011 e 2022, de modo que foram encontrados 15 artigos elegíveis para a revisão. Concluiu-se que é necessário o trabalho de educação em saúde com a sociedade, além da construção e revisão de políticas públicas para reduzir as iniquidades existentes no acesso à saúde dessa comunidade na APS.

1. Cirurgião-dentista pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Atenção Primária à Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: paulo96nunes@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0270-8072>

ABSTRACT

This study aimed to analyze the existing scientific literature regarding health assistance for the LGBTQIA+ population in Primary Health Care (PHC). This is a bibliographic study, specifically a narrative literature review. BVS, PubMed, and SciELO were the databases used, along with the following descriptors: "Sexual and Gender Minorities" and "Primary Health Care". Cross-sectional studies, narrative and integrative reviews, ecological studies, experience reports, and case studies published between 2011 and 2022 were included, resulting in 15 eligible articles for the review. The conclusion was the need for health education efforts for the society, along with the development and revision of public policies to reduce existing inequalities in the access to health care for this community within the PHC.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar la literatura científica existente sobre la atención brindada a la población LGBTQIA+ en el ámbito de la Atención Primaria de Salud (APS). Se trata de una revisión bibliográfica del tipo narrativa. Las bases de datos consultadas fueron BVS, PubMed y SciELO, utilizando los siguientes descriptores: "Minorías Sexuales y de Género" y "Atención Primaria de Salud". Se incluyeron estudios transversales, revisiones narrativas e integrativas, estudios ecológicos, informes de experiencia y estudios de caso, publicados entre 2011 y 2022. Como resultado, se identificaron 15 artículos elegibles para la revisión. Se concluye que es imprescindible promover acciones de educación en salud dirigidas a la sociedad, así como construir y revisar políticas públicas que permitan reducir las inequidades existentes en el acceso a los servicios de salud por parte de esta comunidad en el nivel de la APS.

.....

INTRODUÇÃO

A população de pessoas lésbicas, gays, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outras siglas e identidades que integram o movimento LGBTQIA+ é constantemente alvo de discriminação e violência. Por conta da não adequação do gênero com o sexo ao nascimento ou com a identidade cisheteronormativa, esse grupo possui o histórico de vulnerabilidade envolvido através dos imensos preconceitos e estigmas sociais a que estão submetidos¹.

Nossa sociedade, rotulada enquanto cisheteronormativa, estabelece que as relações heterossexuais sejam vistas como predominantes e reguladoras. Isso faz com que todos os que fogem desse padrão estejam propensos a receber um tratamento pejorativo, injusto, inadequado e de exclusão, afetando inclusive o acesso dessas pessoas aos serviços de saúde, como a Atenção Primária à Saúde (APS).

A APS é considerada como porta de entrada para os usuários no Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como princípios acolher e promover cuidados em saúde a todos aqueles que buscam atendimento². Contudo, a questão da LGBTfobia, ou seja, do ódio ou da rejeição às pessoas que pertencem a esse grupo populacional, acaba refletindo no acolhimento e

no acesso aos serviços de saúde, afastando mais ainda essa população das unidades de saúde da APS. Sendo assim, a população LGBTQIA+ se encontra marginalizada nos serviços de saúde por causa de todo o preconceito e estigma sofrido, associados à falta de capacitação dos profissionais de saúde e à falta de sensibilidade às suas necessidades, levando, consequentemente, a serviços de má qualidade prestados³.

É notório que as mulheres lésbicas buscam, com menor frequência, por consultas ginecológicas do que as mulheres heterossexuais. A assistência prestada pelos profissionais, em muitos casos, é insuficiente, pouco acolhedora e não direcionada às especificidades das mulheres lésbicas. Isso fica claro quando percebemos a ideia equivocada, que muitos profissionais possuem, de que elas apresentam um risco diminuído para o desenvolvimento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e de câncer de colo de útero. Sendo assim, é de extrema importância que o atendimento a essas mulheres ocorra de forma ética, com profissionais capacitados e com orientações com foco na diversidade das práticas sexuais⁴.

Já as pessoas travestis, transexuais e transgêneros ainda representam a parcela com menor visibilidade dentro da comunidade LGBTQIA+ no Brasil e no mundo. No decorrer do ano de 2021, o Brasil continuou

seguindo sem nenhuma ação para o enfrentamento da violência transfóbica; e permanecendo o país que mais assassina pessoas trans no mundo pelo 13º ano consecutivo^{5,6}. Dessa maneira, os direitos à saúde das pessoas trans são violados diariamente, visto que quando tentam acessar os serviços de saúde não encontram um ambiente acolhedor e respeitoso. Todas essas questões contribuem para a vulnerabilidade em saúde, pois essas pessoas não conseguem ter o exercício de direito à saúde⁷. Faz-se necessário enxergar as desigualdades presentes no acesso aos serviços de saúde e os preconceitos advindos dos próprios profissionais ao prestar assistência à população LGBTQIA+³.

Embora esse tema esteja se ampliando na comunidade científica, existem poucos estudos sobre a melhoria da assistência à saúde para a população LGBTQIA+. Através desse cenário, o presente trabalho busca analisar a literatura científica referente à assistência dessa população na APS e espera provocar pressões para a reformulação das políticas públicas que interferem no enfrentamento das desigualdades sociais para o público LGBTQIA+. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar a literatura científica existente relacionada ao cuidado da população LGBTQIA+ na Atenção Primária à Saúde.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo revisão narrativa de literatura. De acordo com Rother⁸, esse tipo de revisão consiste na análise, por parte do autor, da publicação de artigos de revista impressos, eletrônicos e de livros disponíveis na literatura sobre um determinado tema, além da interpretação e reflexão crítica pessoal do mesmo. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é responder à seguinte questão norteadora: como se dá a assistência à saúde da população LGBTQIA+ na Atenção Primária à Saúde?

Para a coleta dos artigos, optou-se por selecionar os que foram publicados no período entre 2011 e 2022 e que trouxessem no texto a temática sobre o atendimento à saúde da população LGBTQIA+ e o auxílio prestado na APS. Esse recorte foi escolhido por conta da primeira publicação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no ano de 2011.

Quanto às bases de dados utilizadas nesta pesquisa, foram adotadas: a Biblioteca Virtual em

Saúde (BVS), PubMed (U. S. National Library of Medicine) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), com o uso de descritores em português: “Minorias Sexuais e de Gênero” e “Atenção Primária à Saúde”, utilizando o conectivo AND. A busca foi realizada no período de julho a outubro de 2022.

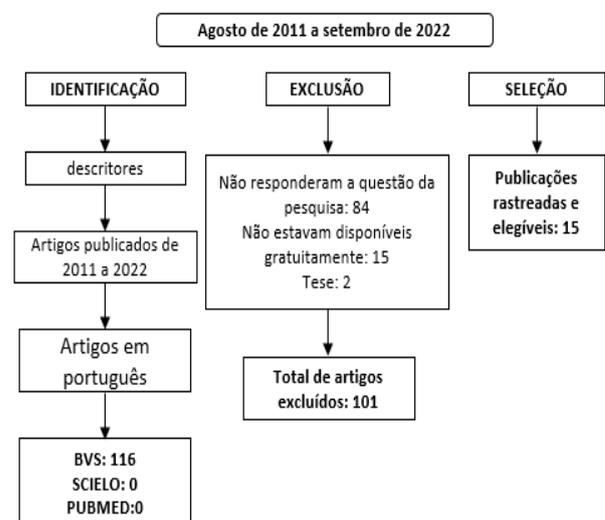
Como critérios de inclusão foram adotados os artigos relacionados aos estudos transversais, estudos ecológicos, estudos de caso, revisões narrativas e integrativas e relatos de experiência. Os outros critérios consistiram no período de publicação dos artigos, entre 2011 e 2022, e que possuíssem os descritores mencionados no título e/ou no resumo e artigos publicados na íntegra que abordassem o acesso à saúde da população LGBTQIA+ na APS. Já os critérios de exclusão foram os artigos que não abordaram diretamente o tema e os que apresentaram possíveis conflitos de interesse. Diante disso, foi feita a seleção dos artigos científicos, seguindo a ordem de leitura que consistia, primeiramente, em ler o título e depois o resumo.

Os dados encontrados foram organizados e compilados e também foram apresentados na seção Resultados, sendo discutidos os principais pontos relatados nos estudos após uma leitura crítica e reflexiva.

RESULTADOS

Foram encontrados 15 artigos elegíveis para a revisão, sendo todos da base de dados BVS. O fluxograma da busca até os resultados para a revisão está explicitado no Quadro 1.

Quadro 1 – Fluxograma da Seleção dos Estudos para Revisão



Fonte: elaboração própria, 2022.

Realizou-se a interpretação e a discussão dos resultados, sendo apresentadas as comparações e a análise das pesquisas incluídas na discussão. Com isso, os principais dados dos artigos selecionados para o estudo foram compilados e condensados na Tabela 1.

Tabela 1 – Aspectos dos artigos incluídos na revisão

| Artigo/autor (es)/ano publicação | Título | Objetivos do estudo | Método | Conclusão |
|---|---|---|--|--|
| A ³ / Gomes, Tesser Junior, 2022 | Experiências de médicos de família e comunidade no cuidado com a saúde de pacientes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais | Analisar as experiências dos médicos de família e comunidade no atendimento às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na Atenção Básica da rede municipal de saúde em uma cidade no Sul do Brasil. | Estudo qualitativo feito com dois grupos focais (13 profissionais no total), um deles constituído de seis médicos de família e comunidade autodeclarados heterossexuais e cisgêneros e outro grupo constituído de sete médicos de família e comunidade autodeclarados lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em julho de 2019. | Os resultados reforçam a necessidade de os médicos de família e comunidade conhecerem especificidades das populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Sugere-se que a temática da saúde das populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais seja mais ensinada nos cursos de graduação em Medicina. |
| B ⁴ /Ketzler et al. 2022 | Saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde: relatos de mulheres lésbicas | Analisar relatos de mulheres lésbicas acerca dos atendimentos à saúde sexual e reprodutiva em serviços de Atenção Primária à Saúde. | Estudo qualitativo do tipo exploratório descritivo realizado em 2019. Dez mulheres lésbicas expuseram seus relatos em duas sessões de grupo focal, estratégia que gerou os dados da pesquisa. Esses foram submetidos à análise de conteúdo do tipo temática. | Revelaram-se atendimentos influenciados por estereótipos de gênero e sexualidade, o que reduz o acesso a uma Atenção Primária à Saúde de qualidade, promotora do cuidado para a saúde de mulheres lésbicas. |

| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| C ⁷ / Thomazi et al., 2022 | Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans | Apresenta como objetivo responder às questões relativas ao pré-atendimento, como, por exemplo, a forma de marcação de consultas; ao atendimento; e ao pós-atendimento, a fim de verificar se as demandas/expectativas/necessidades das pessoas estão sendo atendidas pelo serviço prestado pelo Ambulatório T. | Trata-se de um estudo de série histórica com recorte em dois momentos no tempo, com abordagem quantitativa e qualitativa, composto de duas etapas concomitantes, desenvolvidas em dois períodos diferentes, seis meses e doze meses. Para esse artigo, foi apresentado o componente descritivo dos seis primeiros meses de funcionamento do Ambulatório T. | O Ambulatório T mostra que o acompanhamento de saúde, caracterizado pela não patologização das identidades trans, é fundamental para o Sistema Único de Saúde, no qual as barreiras de acesso podem ser minimizadas ou removidas para que seja possível cuidar da saúde de pessoas trans de forma integral na APS. |
| D ¹² /Ferreira, Bonan, 2021 | Vários tons de “não”: relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) | Analisar relatos de profissionais na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na Estratégia Saúde da Família (ESF). | Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de relatos orais. Participaram 32 profissionais que atuavam em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em Teresina, Piauí, Brasil. A análise foi pautada em três dimensões: reconhecimento, redistribuição e representação. | O estudo mostrou que é preciso interligar, dentro de um mesmo princípio de justiça, o espaço do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero (campo cultural), o espaço das desigualdades atreladas à exploração e redistribuição de recursos (campo organizacional) e o espaço de representação e participação das populações LGBTT (campo político e social), na lógica circular dos serviços de saúde. |

| | | | | |
|--|--|---|---|---|
| E ⁹ /Guimarães, Lorenzo, Mendonça, 2021 | Sexualidade e estigma na saúde: uma análise da patologização da diversidade sexual nos discursos de profissionais da rede básica | O presente artigo tem como objetivo investigar conteúdos estigmatizantes nos discursos de médicos e enfermeiros de 32 unidades básicas de saúde do Centro-Oeste e Nordeste brasileiros. | Foram feitas entrevistas semiestruturadas com 21 médicos(as) e 22 enfermeiros(as) inseridos(as) em 32 unidades básicas de saúde distribuídas nas cidades de Goiânia, Brasília e entorno, Vitória da Conquista e Salvador. | Os resultados permitiram verificar que para os(as) entrevistados(as) a identidade dos membros da população LGBT está vinculada ao conceito de grupo de risco, compreendida como uma condição causadora de doença e transtornos mentais, além de estar associada a comportamentos moralmente condenáveis. |
| F ¹¹ /Guimarães et al., 2020 | Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBTQIA+ em um município da região Sudeste do Brasil | Esse estudo tem como objetivo avaliar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral à População LGBTQIA+ (PNSILGBT) na Atenção Básica de Saúde e compreender o conhecimento de enfermeiros da ESF acerca da diversidade sexual e da homofobia. | Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e de natureza qualitativa. | Os participantes relatam ausência ou limitação de conhecimento sobre a PNAIPLGBT. Assim, a falta de conhecimento sobre o público LGBTQIA+ e o despreparo dos profissionais de saúde para acolher o público em questão resultam na restrição do acesso da população LGBTQIA+ aos serviços de saúde, o que afeta diretamente na realização da Política Nacional de Atenção Integral à População LGBTQIA+. |

| | | | | |
|---|---|--|---|--|
| G ¹⁰ /Ferreira et al., 2019 | "Não tem essas pessoas especiais na minha área": saúde e invisibilidade das populações LGBTQIA+ na perspectiva de agentes comunitários de saúde | O objetivo do estudo aqui apresentado foi analisar os sentidos atribuídos por agentes comunitários de saúde acerca do cuidado em saúde para as populações LGBTQIA+. | O método baseia-se numa abordagem de pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com 15 agentes comunitários de saúde da Estratégia Saúde da Família de uma capital no Nordeste brasileiro. Os dados foram analisados a partir do método de interpretação de sentidos. | A atuação problematizadora desse trabalho coletou relatos, identificou problemas e questões e, conseqüentemente, por intermédio das percepções dos agentes comunitários de saúde, identificou as violências, negações e discriminações que a população LGBTQIA+ vivencia nas unidades de saúde, espaços que deveriam oferecer cuidado equânime e integral. |
| H ¹⁴ /Carvalho Pereira, Chazan, 2019 | O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa | O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma revisão integrativa sobre o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde da Atenção Básica. Acesso esse, entendido como o grau de facilidade com que as pessoas obtêm cuidados em saúde. | A revisão integrativa foi adotada como método de agrupamento dos dados coletados sobre o tema proposto. Trata-se de uma ampla abordagem metodológica que permite a inclusão de estudos experimentais e não experimentais, dados da literatura teórica e empírica sobre aquilo que se deseja analisar. | Para que haja um acesso equitativo, livre de preconceitos e de discriminação, e cuidado pautados na empatia e compaixão, faz-se necessário incluir a temática da diversidade sexual e de gênero na formação dos profissionais de saúde na graduação, na pós-graduação e, principalmente, na educação permanente daqueles implicados aos cuidados das pessoas trans. A APS, ao fazer valer seus atributos, mostra-se como o cenário ideal para o cuidado longitudinal dessas pessoas. |

| | | | | |
|---|--|---|---|--|
| I ¹⁵ / Cabral et al., 2019 | Assistência de enfermagem às mulheres lésbicas e bissexuais. | Analisar, sob a ótica de mulheres lésbicas e bissexuais, a assistência de Enfermagem em Unidades de Saúde da Família. | Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, realizado por meio de entrevista semiestruturada com cinco mulheres lésbicas e bissexuais. Adotou-se, para a análise das informações, a técnica de Análise de Conteúdo, na Modalidade Análise Temática. | Evidenciou-se que as mulheres não foram acolhidas, cuidadas e assistidas quanto às suas necessidades de saúde e especificidades. Conclui-se que é preocupante a falta de assistência dos profissionais de Enfermagem em relação às questões das especificidades das mulheres lésbicas e bissexuais. |
| J ¹⁶ / Montecinos, Silva, 2019 | Percepción de personas de orientación homosexual respecto del enfoque hacia la diversidad sexual utilizado en atención primaria de salud Valdivia, Chile | Descrever as percepções de usuários homossexuais sobre a atenção prestada no nível primário de saúde na cidade de Valdivia, no sul do Chile, em sua abordagem à diversidade sexual. | Foi realizado um estudo qualitativo, descritivo. As informações foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada e processadas por meio da análise de conteúdo. | Ficou clara a necessidade de gerar mudanças em nosso sistema público de saúde, que deve enfrentar sua complexidade cultural e institucional por meio de ações que vão além da mera formação de pessoal de saúde. Essas mudanças devem partir das autoridades governamentais, adaptando transversalmente o modelo de saúde da família e implementando programas de saúde específicos que contemplem a diversidade sexual. |

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| K ¹³ /Silva, Finkler, Pires, 2019 | Representações sociais de trabalhadores da Atenção Básica à saúde sobre pessoas LGBTQIA+ | O objetivo desta pesquisa bioética foi compreender as representações sociais dos trabalhadores da Atenção Básica à Saúde sobre pessoas LGBTQIA+, partindo-se da premissa que podem atuar como barreiras de acesso às ações e serviços. | Foram entrevistados 15 trabalhadores(as) da rede de Florianópolis/SC. Os dados coletados foram qualitativamente analisados à luz da Teoria das Representações Sociais, por meio da análise temática de conteúdo. | Os resultados revelaram que as representações sociais dos trabalhadores estão baseadas em valores religiosos conservadores, compreendendo as pessoas em questão a partir de uma ideia de promiscuidade, de risco a infecções sexualmente transmissíveis, de estereótipos, e entendendo a sua sexualidade e identidade de gênero como incorretas, determinadas biologicamente ou, ainda, como antinaturais, sujeitas a uma questão de escolha pessoal. |
| L ¹⁷ / Oliveira et al., 2018 | Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais | Analisar, sob a ótica de profissionais da Equipe Saúde da Família, o acesso de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família. | Trata-se de estudo quanti-qualitativo, de campo, exploratório e descritivo. Compôs-se a amostra pela técnica snowball com 54 profissionais, utilizando-se de questionário, roteiro de entrevista semiestruturada e a Técnica de Associação Livre de Palavras. | Mostrou-se que os profissionais percebem as pessoas LGBTQIA+ como seres humanos merecedores de acesso igual nos espaços da ESF tanto que dispõem de acesso aos exames sorológicos, testes rápidos, consultas e insumos para a prevenção de ISTs. |

| | | | | |
|--|---|--|--|---|
| M ¹⁸ /Gahagan, Subirana-Malaret, 2018 | Improving pathways to primary health care among LGBTQIA+ populations and health care providers: key findings from Nova Scotia, Canada | Explorar as barreiras percebidas para a APS, conforme identificadas entre uma amostra de indivíduos identificados como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer (LGBTQIA+) e prestadores de serviços de saúde na Nova Escócia, Canadá. | Os dados da comunidade LGBTQIA+ foram coletados por meio de uma pesquisa anônima on-line e fechada. | As principais descobertas indicam a necessidade de continuar melhorando os caminhos para a APS entre as populações LGBTQIA+, especificamente em relação ao treinamento adicional e apoios relacionados para os profissionais de saúde que trabalham com essas populações. |
| N ¹⁹ /Belém et al., 2018 | Atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na estratégia saúde da família | Analisar a atenção à saúde prestada à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família. | Estudo qualitativo desenvolvido em junho de 2014 com 12 enfermeiros, no interior do Ceará, Brasil, por meio de entrevista semiestruturada. | A atenção à saúde prestada à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família exige mudanças paradigmáticas desde o âmbito teórico-organizacional até as relações de cuidado em saúde existentes. |
| O ²⁰ /Cele, Sibiya, Sokhela, 2015 | Experiences of homosexual patients' access to primary health care services in Umlazi, KwaZulu-Natal. | O objetivo do estudo foi explorar e descrever as experiências de pacientes homossexuais utilizando os serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) em Umlazi na província de KwaZulu-Natal (KZN). | Foi realizado um estudo qualitativo, exploratório, descritivo, de natureza contextual. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 participantes. Os achados desse estudo foram analisados por meio da análise de conteúdo. | Os participantes vivenciaram preconceito e comportamento homofóbico durante a utilização das clínicas de APS em Umlazi, o que criou uma barreira para a utilização dos serviços de saúde localizados lá. |

Fonte: elaboração própria, 2022.

DISCUSSÃO

É fato que a comunidade LGBTQIA+ vem sofrendo ao longo da história com diversas formas de preconceitos e discriminação. Mesmo que ao longo do tempo a nossa sociedade venha reivindicando mais direitos para todos que estão fora do padrão heteronormativo, ainda há muita luta a ser feita para a garantia dos direitos humanos básicos.

A Associação Americana de Psiquiatria (AAP), até o início dos anos 1940, e a Organização Mundial de Saúde (OMS), até o começo dos anos 1990, consideravam a homossexualidade como uma doença³. As pessoas trans foram consideradas pela OMS como portadoras de transtorno de identidade de gênero até 2018⁷. Com as reivindicações de movimentos sociais, essas questões foram avançando ao longo dos anos. Em 2008, a 13ª Conferência Nacional de Saúde abordou pela primeira vez a orientação sexual e a identidade de gênero na análise da determinação social de saúde no Brasil e, em 2011, o Ministério da Saúde publicou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT)⁹.

Devido à orientação sexual e identidade de gênero terem sido consideradas importantes determinantes sociais de saúde, é imprescindível que sejam abordadas essas definições neste estudo. A orientação sexual é definida como a capacidade de ter, sentir ou desenvolver atração e/ou relação emocional, afetiva ou sexual por outras pessoas, podendo ser classificada em homossexual (quando pessoas do mesmo gênero atraem-se), heterossexual (pessoas de gêneros opostos atraem-se), bissexual (atração por ambos os gêneros) e assexual (experimenta pouca ou nenhuma atração). No entanto, identidade de gênero refere-se à expressão de uma identidade construída a partir de como a pessoa se reconhece e/ou se apresenta, que pode corresponder ou não ao seu corpo biológico³.

Apesar de ter sido observado um maior reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas pautas das políticas públicas que foram implementadas principalmente durante o governo dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e, posteriormente, de Dilma Rousseff (2011-2016), o que foi observado durante a leitura de artigos científicos para a construção deste estudo é que essa população ainda apresenta muitas dificuldades na assistência à saúde nos serviços de saúde¹⁰.

Um estudo realizado com enfermeiros que trabalham em Unidades Básicas de Saúde (UBS) em um município do estado do Espírito Santo chegou à conclusão de que há falta de estímulo e conhecimento sobre o público LGBTQIA+¹¹. Já um estudo feito numa cidade na região Sul do Brasil, com médicos de família e comunidade, cuja metade dos entrevistados pertenciam à sigla LGBTQIA+ e a outra metade não, demonstrou que ambos os grupos apresentavam dificuldades com a temática

LGBTQIA+³. Isso demonstra a falta de incentivo em abordar essas questões durante a formação acadêmica desses profissionais.

Uma pesquisa de abordagem qualitativa feita com profissionais de diversas áreas numa UBS na cidade de Teresina, no Piauí, revelou que não há reconhecimento das necessidades, especificidades e situacionalidades das populações LGBTQIA+ por parte dos funcionários¹². Por não serem reconhecidos pelas particularidades que cada letra da sigla possui, essas pessoas perdem em qualidade de atendimento. Outro estudo realizado numa capital do Nordeste brasileiro entrevistou agentes comunitários de saúde (ACS) da Estratégia Saúde da Família (ESF) e, a partir dos relatos coletados por esses trabalhadores, foi possível identificar violências, negações e discriminações que são vivenciadas por parcelas das populações LGBTQIA+ nas próprias unidades de saúde, cujos espaços deveriam oferecer um cuidado em saúde mais equânime e integral¹⁰.

Já os resultados de uma pesquisa bioética elaborada em uma UBS na região de Florianópolis-SC revelaram que as representações sociais dos trabalhadores estão fortemente baseadas em valores religiosos conservadores e normas impostas externamente, compreendendo as pessoas em questão a partir de uma ideia de promiscuidade, de risco a infecções sexualmente transmissíveis, de estereótipos, e entendendo sua sexualidade e identidade de gênero como incorretas, determinadas biologicamente ou, ainda, como antinaturais, sujeitas a uma questão de escolha pessoal¹³. Esse achado não surpreende, visto que vivemos numa sociedade heteronormativa, machista, LGBTfóbica e que possui um profundo cunho religioso conservador.

No que se refere às mulheres lésbicas, grupo de mulheres que se relacionam sexual e/ou afetivamente com outras mulheres, é possível analisar se a ausência de estratégias que promovam equidade em saúde está relacionada ao risco elevado a certos agravos, principalmente relacionados à saúde sexual e reprodutiva⁴. Numa capital do Sul do Brasil, foram entrevistadas mulheres lésbicas acerca dos atendimentos à saúde sexual e reprodutiva em serviços de Atenção Primária à Saúde. Algumas questões que foram abordadas por essas mulheres foram: violência no atendimento, sentimento de negligência pelos profissionais de saúde e falta de acolhimento e resolutividade das suas necessidades de saúde⁴. Isso demonstra a falta de empatia e de cuidado humanizado e o despreparo de muitos

profissionais da ESF com as mulheres lésbicas.

Historicamente, pessoas trans vêm sendo expostas a múltiplas violações de direitos humanos e os discursos médico-biológicos apresentam um papel fundamental nessa estigmatização, contribuindo para a patologização de suas identidades. Isso é visto inclusive nos serviços de saúde, pois quando as pessoas trans tentam acessar esses serviços são marginalizadas e excluídas⁷. Essas situações podem ocorrer de diversas formas, seja pela não utilização do nome social, não respeito a sua identidade de gênero ou pela patologização de seus corpos, sendo assim, todos esses aspectos já são comuns de acontecerem. Isso acaba potencializando a situação de vulnerabilidade e invisibilidade na qual essa população se encontra na sociedade.

A implementação do Ambulatório T da APS de Porto Alegre demonstrou que a não patologização das identidades trans é de fundamental importância para o SUS, cujas barreiras de acesso podem ser minimizadas ou removidas⁷. Isso fica mais evidente ainda quando percebemos que a realidade do atendimento prestado pelos serviços de saúde no geral não segue os padrões do Ambulatório T.

Num estudo realizado numa UBS do Espírito Santo, percebe-se na fala dos enfermeiros que existe uma intenção de respeitar o nome social do indivíduo, contudo a utilização dessa ferramenta se demonstra mais restrita e os profissionais acabam por utilizar o nome de registro¹¹. Isso torna-se mais um processo de desrespeito e violência ao qual esse grupo é submetido. Nesse sentido, é de extrema importância e urgência que o cenário no qual vivemos seja modificado e que os princípios do SUS, como a universalidade, integralidade e equidade sejam executados por todos os profissionais de saúde, não somente para a população transexual, mas para toda a comunidade LGBTQIA+.

Portanto, baseando-se nos estudos supracitados fica evidente que pensamentos preconceituosos vindos de profissionais de saúde e a falta de aprendizado durante a formação acadêmica sobre os diferentes aspectos que envolvem o cuidado em relação a cada grupo pertencente à comunidade LGBTQIA+ potencializam a baixa adesão dessas pessoas aos serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas à sexualidade e ao gênero são complexas e, além disso, a população

em geral não discute essas temáticas com tanta intensidade e também não busca compreender suas particularidades. É por isso que esses assuntos precisam ser trabalhados na sociedade como um todo, visto que é cada vez mais evidente a necessidade de discutirmos a saúde da população LGBTQIA+. O campo da saúde é um espaço potente para a ruptura dessa lógica e abordagem preconceituosa.

É importante mencionar que essa mudança não ocorre sem políticas públicas que promovam maior visibilidade, melhorias na qualidade de vida e um cuidado integral e ético em saúde. No entanto, apenas a existência dessas políticas não garante que os profissionais de saúde ofereçam assistência integral, digna e respeitosa a essas populações, sendo necessário também o trabalho de educação em saúde.

Essa é uma luta diária que ainda apresenta um caminho muito longo para ser percorrido. Contudo, cada profissional que faz a sua parte buscando melhorar o atendimento a essa população, entendendo suas particularidades e se atualizando sobre o tema, contribuirá significativamente para a qualidade de vida e bem-estar do usuário.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Paulo Rogério Nunes Barbosa contribuiu com a realização da pesquisa, a redação do manuscrito e a revisão crítica do manuscrito.

REFERÊNCIAS

1. Souza ACJ. Análise sobre acesso e qualidade da atenção integral à saúde de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis na Atenção Básica de Saúde na Cidade do Recife, Brasil. [tese]. Recife, PE: Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz; 2018. 200p.
2. Giovanella L, Mendonça MH. Atenção primária à saúde. In: Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI, editores. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2012. p. 493-545.
3. Gomes JAS, Tesser Junior ZC. Experiências de médicos de família e comunidade no cuidado com a saúde de pacientes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Rev Bras Med Fam Comunidade [Internet]. 2022 [citado 25 de novembro de 2022];17(44):2407. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2407>
4. Ketzner N, Becker Vieira L, Alessandra Schneck

- C, Maffaccioli R, Strada J, Patuzzi G, et al. Saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde: relatos de mulheres lésbicas. Rev baiana enferm [Internet]. 2022 [citado 25 de novembro de 2022];36. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/45637>
5. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: ANTRA; 2022. 144p.
6. Tgeu [homepage na internet]. Retrospectiva de 2021 quanto ao dia trans [acesso 22 de out. de 2022]. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021>
7. Thomazi GL, Avila S, Teixeira LB. Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. Sexualidad, Salud y Sociedad [Internet]. 2022 [citado 20 de outubro de 2022];38. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/%20sess/a/XdK5Z6RhzbvHQnPz7tjkhXN/?format=pdf&lang=pt>
8. Rother ET. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paul Enferm. 2007; 20(2).
9. Guimarães RCP, Lorenzo CFG, Mendonça AVM. Sexualidade e estigma na saúde: uma análise da patologização da diversidade sexual nos discursos de profissionais da rede básica. Physis: Rev Saúde Colet [Internet]. 2021 [citado 20 de novembro de 2022];31(1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/WbhPNXrjWbNwHbBKMbjQw8m/>
10. Ferreira BO, Pereira EO, Rocha MB, Nascimento EF, Albuquerque ARS, Almeida MMS, et al. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde [Internet]. 2019 [citado 25 de outubro de 2022];13(3). Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/173>
11. Guimarães NP, Sotero RL, Cola JP, Antonio S, Galavote HS. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde [Internet]. 2020 [citado 15 de novembro de 2022];14(2). Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1712>
12. Ferreira BO, Bonan C. Vários tons de “não”: relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTB). Interface [Internet]. 2021 [citado 15 de novembro de 2022]. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/734700/1/ciencias-da-saude-politicas-publicas-assistencia-e-gestao-3.pdf>
13. Silva ALR, Finkler M, Pires ROM. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. Trab Educ Saúde [Internet]. 2019 [citado 20 de novembro de 2022];17(2). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fJ8zJth7rcy%2068BddtPwg%2075w/?format=pdf&lang%20=pt>
14. Carvalho Pereira LB, Chazan ACS. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. Rev Bras Med Fam Comunidade [Internet]. 2019 [citado 20 de novembro de 2022];14(41):1795. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1795>
15. Cabral KTF, Pereira IL, Almeida LR, Nogueira WBAG, Silva FV, Costa LFP, et al. Assistência de enfermagem às mulheres lésbicas e bissexuais. Rev enferm UFPE [Internet]. 2019 [citado 15 de novembro de 2022];13(1):79-85. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/237896>
16. Montecinos MJ, Silva AM. Percepción de personas de orientación homosexual respecto del enfoque hacia la diversidad sexual utilizado en Atención Primaria de Salud Valdivia, Chile. Rev Chilena De Salud Pública. 2019;23(1):60-7.
17. Oliveira GS, Nogueira JDA, Costa GPO, Medeiros RLSFMD, Oliveira TD, Almeida SAD. Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transexuais. Rev enferm UFPE [Internet]. 2018 [citado 12 de novembro de 2022];12(10):2598-609. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/237014>
18. Gahagan J, Subirana-Malaret M. Improving pathways to primary health care among LGBTQ populations and health care providers: key findings from Nova Scotia, Canada. Int J Equity Health. 2018;17(7).
19. Belém JM, Alves MJH, Pereira EV, Moreira FTL S, Quirino GS, Albuquerque GA. Atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na estratégia saúde da família. Rev baiana enferm [Internet]. 2018 [citado 10 de novembro de 2022];32. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/%2026475>
20. Cele NH, Sibiyi MN, Sokhela DG. Experiences of homosexual patients' access to primary health care services in Umlazi, KwaZulu-Natal. Curationis. 2015; 38(2):1522-30.

